



Cimeira da Terra : *Além do Rio, aquém do necessário*



O Deputado **Jorge Moreira da Silva** chefiou a delegação do Parlamento Europeu à Conferência das Nações Unidas sobre o *Desenvolvimento Sustentável*, que se realizou em **Joanesburgo**.

Para Jorge Moreira da Silva: "*Os resultados de Joanesburgo foram além dos alcançados no Rio de Janeiro, alcançando-se progressos não apenas ao nível dos princípios mas também ao nível da acção - com metas, calendários e financiamento - mas ficou aquém daquilo que o Planeta necessitava para sair do estado de emergência em que se encontra*".

texto nas págs. 4 e 5

Sem a UE, Joanesburgo não teria resultados...

Mais uma vez o social-democrata português **Jorge Moreira da Silva** chefiou a **Delegação do PE** a uma importante **Cimeira internacional**, integrando a *troika* europeia juntamente com o Ministro dinamarquês Schmidt e o Comissário Nielson.

É justo dizer que, **sem a UE**, a **Cimeira de Joanesburgo não teria resultados**. A única agenda **negocial colocada em cima da mesa** foi a da UE. Os Estados Unidos da América não apresentaram nenhuma proposta e oscilaram entre uma posição passiva e uma lógica de bloqueio.

O **G77** que integra os países em vias de desenvolvimento liderados pela Venezuela limitaram toda a sua intervenção ao problema da pobreza.

A UE não viu aprovados (como é evidente) todos os pontos da sua agenda. Mas **o que foi conseguido resultou da sua iniciativa e do seu empenho**.

Ao contrário da Cimeira do Rio, que centrou as suas conclusões estritamente nos dossiers ambientais, **Joanesburgo estabeleceu um "link" entre a preservação do ambiente e a erradicação da pobreza**; Tornando claro que as preocupações pela "saúde" do planeta têm de mobilizar todos de forma justa e não ser reduto do capricho dos países ricos.

Como disse Jorge Moreira da Silva, Joanesburgo foi **"além do Rio, mas aquém das necessidades"**.

Carlos Miguel Coelho

O Alargamento e a PAC

Intervenção de **Arlindo Cunha**

pág. 2

Regiões ultraperiféricas e Investigação

Intervenção de **Sérgio Marques**

pág. 3

O emprego e o combate à pobreza

Intervenção de **Regina Bastos**

pág. 7

É urgente a ajuda a Angola

Intervenção de **Carlos Coelho**

pág. 8

O Alargamento não pode ser à custa dos mais pobres



O Deputado **Arlindo Cunha** defendeu que o alargamento da União Europeia aos Países da Europa Central e Oriental, "sendo uma realidade política incontornável, deve ser também **uma ocasião para se proceder a um balanço da própria União Europeia a 15 e da forma como as suas políticas têm respondido aos problemas existentes**".

"A verdade é que, acrescentou Arlindo Cunha, apesar dos progressos atingidos, **persistem ainda atrasos estruturais e desigualdades profundas na UE actual**, os quais terão de continuar a ser superados no futuro. Por isso o **alargamento não poderá, nem deverá, nunca ser feito à custa dos cidadãos e regiões mais débeis da actual UE a 15**".

Intervindo no debate no Plenário do Parlamento Europeu sobre o alargamento, Arlindo Cunha salientou que, "no que respeita à agricultura, o alargamento representa uma dimensão significativa implicando um aumento de 29% na superfície agrícola, de 74% no número de explorações e uma duplicação da população activa agrícola.

Trata-se de países onde a agricultura tem uma expressão na economia e na sociedade bem superior à da UE a 15, onde o sector agrícola representa cerca de 5% do Produto Interno Bruto global e 21% do emprego total, em contraste com valores de 2% e 4%, respectivamente, para a UE actual.

A proposta que a Comissão Europeia apresentou para as negociações de integração desses países na PAC parece-me, na generalidade, razoável. A questão mais polémica é, sem dúvida, a da aplicação a esses países das actuais ajudas directas criadas pelas reformas da PAC de 1992 e 1999 para compensar as reduções dos preços de garantia então decididos".

Para Arlindo Cunha, "vistas as coisas com objectividade, esses países não têm direito a receber as actuais ajudas directas. Na verdade, estas foram criadas com o exclusivo propósito de

compensar as reduções de preços de garantia então operadas. Ora, nestes novos países membros, não só não houve redução de preços, como até haverá previsivelmente aumentos.

Perante o contra-argumento de que os agricultores desses países não podem ser discriminados e de que não poderemos ter duas PAC's (uma para os agricultores da actual UE, com ajudas directas, e outra para os da futura UE alargada, sem essas ajudas), a **Comissão Europeia apresentou uma proposta salomónica**. Propõe que esses agricultores recebam 25% das actuais ajudas directas em 2004 (no primeiro ano de adesão), 30% em 2005 e 35% em 2006, por forma a estarem harmonizados com os níveis da actual UE ao fim de 10 anos".

Arlindo Cunha sublinhou que "o que tem de errado a proposta da Comissão é que dá um sinal no sentido de que o actual figurino de ajudas directas se deverá manter para além de 2006, altura em que termina a actual PAC e se deverá definir uma nova política agrícola.

Porém, é urgente que em 2006, se não for antes, se crie um novo regime de ajudas directas à agricultura no sentido de corrigir as actuais insuficiências".

A terminar, Arlindo Cunha referiu que "a proposta da Comissão de se começar com 25% das ajudas poderá ser aceitável se as ajudas forem pagas numa base horizontal objectiva – por exploração ou por área – **sem ligação com culturas ou produções específicas**. Se assim for, então a proposta já terá maior consistência técnica e será mais justa, quer face ao presente, quer face ao futuro".



Veja a Carta da Europa na Net

De mota de Lisboa até Bruxelas

O Deputado do PSD à Assembleia da República **Rodrigo Ribeiro**, viajou de mota do Palácio de S. Bento em Lisboa até ao Parlamento Europeu em Bruxelas, onde reuniu com os Deputados **Carlos Coelho** e **Regina Bastos**, acompanhado do Presidente da Federação Europeia das Associações de Motociclistas, **Antonio Perlot**.

A iniciativa do Deputado da J.S.D., visou sensibilizar os Deputados europeus para a



necessidade de, em toda a U.E. se proteger de forma mais eficaz a segurança dos que se deslocam sobre duas rodas.

Os rails de protecção, a autorização de condução de motociclos com carta de ligeiros, os incentivos à utilização de veículos de duas rodas e o "*Livro Branco sobre a Política Europeia dos Transportes no Horizonte 2010: A hora das opções*", foram os principais temas referidos nos contactos entre os três Deputados e em que participou o Presidente da Federação Europeia do sector.

Carlos Coelho e Regina Bastos manifestaram-se sensíveis aos argumentos do Deputado Rodrigo Ribeiro e comprometeram-se a desenvolver um conjunto de iniciativas de sensibilização da Comissão Europeia

Regiões ultraperiféricas na investigação 2002-2006



O Deputado **Sérgio Marques** propôs alterações ao Programa-Quadro de Investigação 2002-2006 no sentido de beneficiar as regiões ultraperiféricas.

O Plenário do Parlamento Europeu debateu, em Estrasburgo, uma proposta da Comissão Europeia visando estabelecer as regras de participação das empresas, centros de investigação e universidades e as regras de difusão dos resultados da investigação para a **execução do Programa Quadro 2002-2006**.

O Deputado Sérgio Marques, intervindo no debate, defendeu uma proposta sua de alteração no sentido de haver uma "*majoração do critério relativo ao valor acrescentado comunitário, nos programas relativos a uma Região Ultraperiférica*".

Para Sérgio Marques, "*uma majoração deste tipo é de grande importância prática uma vez que evita uma penalização das Regiões Ultraperiféricas, nomeadamente pela dificuldade em encontrar parceiros externos dispostos a entrar em parceria com instituições sediadas nas Regiões Ultraperiféricas apesar da qualidade dos projectos a candidatar*".

O Deputado social-democrata sublinhou ainda que as propostas da Comissão pretendem, "*por um lado, adaptar as disposições que regem a participação nos programas de investigação e a difusão dos resultados dos projectos ao novo programa-quadro, e por outro, simplificar as disposições por forma a permitir uma gestão mais rápida e eficaz dos procedimentos*".

Sérgio Marques concordou "*com a abordagem seguida pela Comissão de facilitar o acesso aos financiamentos através de uma simplificação da legislação e de uma maior flexibilidade operacional assegurada aos beneficiários*".

Jorge Moreira da Silva faz balanço de Joanesburgo



O POSITIVO:

- O facto de termos passado de resultados relacionados com o conceito de Desenvolvimento Sustentável, como foi o caso dos alcançados na Cimeira da Terra, em 1992, para compromissos concretos de acção na inversão dos sinais de insustentabilidade. **O Rio representou o conceito; Joanesburgo representa acção.**
- O facto de se ter ligado, de forma estreita, o objectivo de **inverter a situação de degradação ambiental** e a **erradicação da pobreza**.
- O grande número de **parcerias** que foram celebradas durante a Cimeira, no domínio do Ambiente, **entre entidades públicas e privadas**. Destaco, em especial, as parcerias sobre Água e Energia lançadas pela UE e que contarão com a participação de privados.



- **A afirmação da conservação dos Oceanos** como uma grande prioridade saída desta Cimeira - honra seja feita ao Governo Português, e em particular, ao Primeiro Ministro **Durão Barroso** pelo papel desenvolvido na negociação deste dossier.

- Os passos dados na direcção do "greening" da economia - **para que comprar verde passe a constituir um direito e não um luxo e vender verde uma vantagem competitiva** - através da aprovação de um Plano de 10 anos de alteração dos padrões de consumo e produção. Este plano prevê uma análise do ciclo de vida dos produtos e, dessa forma, a internalização dos custos ambientais no preço final, o fim progressivo dos subsídios ambientalmente insustentáveis, nomeadamente, os que são atribuídos à indústria dos combustíveis fósseis e, finalmente, a eco-rotulagem dos produtos.
- A aprovação da **meta de redução a metade**, até 2015, do número de **habitantes em situação de pobreza extrema**.
- A aprovação da **meta de redução a metade**, até 2015, do número de **habitantes sem acesso a água potável e saneamento**.

- A confirmação da meta, aprovada no Rio de Janeiro, de atribuição, da parte dos países desenvolvidos, de **pelo menos 0,7% do PIB em assistência aos países em vias de desenvolvimento** e a aprovação de um fundo de solidariedade para erradicação da pobreza (infelizmente de contribuição voluntária e não vinculativa).

O NEGATIVO:

- **A não fixação de uma meta para a promoção das energias renováveis**, nomeadamente aquela que constava da proposta da UE - pelo menos 15% de energias renováveis até 2010. A circunstância de os Estados Unidos não terem ratificado o Protocolo de Quioto, preferindo adoptar o paradigma energético de "*mais combustíveis fósseis*", e o facto de os países em vias de desenvolvimento (G77) incluírem alguns países produtores de petróleo, já indiciava que um resultado semelhante a este acabasse por ocorrer.

(continua na página seguinte)

Papel liderante da U.E.

Vale a pena realçar o **papel liderante da União Europeia** durante esta Cimeira. Foi a única delegação que partiu com uma **agenda negociada** e a sua agenda tornou-se a única agenda da Conferência. Infelizmente, a delegação norteamericana mais não fez do que reagir e, em grande parte, vetar as propostas da UE e a delegação do G77 pretendeu transformar uma Cimeira sobre Desenvolvimento Sustentável numa Cimeira sobre liberalização do comércio e financiamento ao desenvolvimento.

De futuro, **penso que o modelo destas Cimeiras deve ser reformulado**. O facto de se discutirem, de uma só vez, um conjunto muito alargado de temas, não só não contribui para a melhor compreensão, da parte dos cidadãos, sobre os objectivos a alcançar, como obriga as delegações com agendas mais ambiciosas — como é o caso da UE — a aceitarem compromissos transversais que acabam por prejudicar metas sectoriais mais ambiciosas. Espero que, em alternativa, se caminhe para **Conferências temáticas**.

Pescadores algarvios debatem Reforma das Pescas

Por iniciativa do Deputado **Joaquim Piscarreta** realizou-se em Ferragudo um debate com pescadores do Algarve sobre a Reforma da Política Comum de Pescas, em que participou igualmente o Deputado **Arlindo Cunha**.

Os actuais regulamentos que estão na base da Política Comum de Pescas **caducam no fim do corrente ano**.

Por essa razão, a Comissão Europeia apresentou, em Maio passado, um conjunto de propostas de reforma da actual Política Comum das Pescas, visando a sua continuação para além de 2002.

Para Joaquim Piscarreta, "*as propostas da Comissão são, porém, altamente desequilibradas e injustas porque tratam todos por igual (quem no passado cumpriu e não cumpriu os objectivos de abate*

de embarcações; os diferentes tipos de pesca, cujo estado de recursos é muito desigual) e propõe-se acabar com os subsídios à modernização da frota, concentrando-os exclusivamente no incentivo a mais abates de embarcações".



Por estas razões, Joaquim Piscarreta defendeu que "*as propostas tal como se encontram, são inaceitáveis para Portugal, como, de resto, o Governo português já afirmou*".

O Deputado **Arlindo Cunha**, por seu lado, sublinhou que "*estamos perante um longo processo de negociações, que só agora está a começar, e para o qual é fundamental esclarecer a opinião pública portuguesa e obter a colaboração das comunidades piscatórias e de todos aqueles que vivem da pesca. Portugal é um país com grandes tradições na pesca e no mar e quer continuar a sê-lo, acrescentou*".

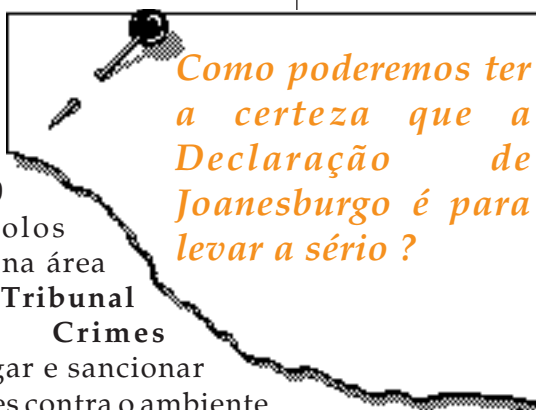
(continuação da página anterior)

- **A Cimeira não avançou no domínio da reforma institucional** imprescindível à boa Governança Internacional.

Ficou, assim, por impulsionar o "greening" da Organização Mundial do Comércio e do Banco Mundial e a criação de novas instituições, como por exemplo, uma **Organização Mundial do Ambiente** — capaz de coordenar a implementação dos mais de 500 tratados e protocolos internacionais existentes na área do Ambiente — e um **Tribunal Internacional para Crimes Ambientais** capaz de julgar e sancionar os prevaricadores de crimes contra o ambiente global.

- Sendo **Quioto** uma matéria ainda pendente da Cimeira de 1992, a sua não entrada em vigor durante a Cimeira de Joanesburgo (ainda que

mais uma vez a Rússia tenha anunciado a sua intenção de o fazer) configura um prejuízo ambiental — dado que nestes dez anos o efeito de estufa agravou-se de forma preocupante — e atenta contra a credibilidade das conquistas de Joanesburgo.



Como poderemos ter a certeza de que a Declaração de Joanesburgo é para levar a sério se o principal ponto da Declaração do Rio continua por concretizar dez anos volvidos?

É lamentável que a Rússia, tendo noção da sua posição determinante para a entrada em vigor do Protocolo, **queira protelar a sua ratificação na Duma**, ficando mesmo a ideia

de **que nos vai fazer pagar caro** — leia-se, ajuda financeira, investimento externo e acordos comerciais — a entrada em vigor do Protocolo de Quioto.



Regina Bastos quer desenvolver os mercados de trabalho locais

A Deputada **Regina Bastos** defendeu uma proposta da Comissão Europeia de **"desenvolvimento dos mercados de trabalho locais**, de modo a se atingirem níveis de eficácia e qualidade no que toca à criação de emprego; e uma abordagem de aspectos como a igualdade entre os sexos, a dimensão social, o desenvolvimento económico, a inovação e a sociedade de informação", como foi salientado no parecer que efectuou enquanto Relatora da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade de Oportunidades.

Para Regina Bastos, *"torna-se cada vez mais necessário adoptar medidas de incentivo e de acção no domínio da coesão económica e social, dando especial atenção às regiões menos desenvolvidas e com carências estruturais, e aos grupos mais afectados.*

De igual modo, os Estados Membros deverão envolver as agências locais de emprego no processo de descentralização da Estratégia Europeia de Emprego, dada a proximidade destas entidades e o melhor conhecimento das realidades dos mercados de trabalho".

Regina Bastos defende que *"as mulheres deverão ser simultaneamente agentes e grupos-alvo das estratégias locais de emprego".*



Moreira da Silva apoia rastreio e rotulagem dos OGM

O Deputado Jorge Moreira da Silva congratulou-se com a aprovação do **Regulamento relativo à rastreabilidade e rotulagem dos organismos geneticamente modificados (OGM)**, dado que *"torna possível o registo e acompanhamento do movimento de OGM no mercado, bem como dos alimentos para consumo humano e animal com eles produzidos. Deste modo, acrescentou, permite-se que o consumidor faça as suas escolhas e facilita-se o processo de retirada de um produto, caso tal seja considerado necessário".*

Para Jorge Moreira da Silva, porém, *"a proposta de Directiva contém disposições que, por excesso de zelo, podem abrir caminho à falsificação, ao engano do consumidor e à distorção da*

concorrência. As regras devem ser claras e simples".

Por isso, Moreira da Silva apoiou as propostas de alteração *"no sentido de que a rastreabilidade e consequente rotulagem incida sobre OGM e produtos nos quais for detectado ADN geneticamente modificado ou proteínas geneticamente modificadas. O alargamento da rotulagem a outros produtos, nos quais não há vestígios de ADN geneticamente modificado ou de proteínas geneticamente modificadas, seria totalmente ilusório para o consumidor. Além do mais, uma tal disposição seria contraditória com os objectivos do regulamento e onerosa, tanto para as empresas como para o consumidor".*



Carlos Coelho quer maior participação dos cidadãos nas eleições europeias

O Deputado Carlos Coelho afirmou que *"a participação dos cidadãos da União nas eleições europeias está longe de ser satisfatória. A taxa de participação passou de 63%, em 1979, para 49,7%, em 1999, enquanto que no mesmo período os poderes do Parlamento Europeu foram substancialmente aumentados. O que o Parlamento Europeu ganha em poder, vai perdendo em legitimidade".*

Carlos Coelho manifestou preocupação com *"o constante declínio da taxa de participação nas eleições europeias"* e afirmou esperar *"que na perspectiva das próximas eleições europeias de 2004, tanto as Instituições comunitárias, como os Estados Membros, adoptem as medidas necessárias para permitir uma maior sensibilização do eleitorado em relação à importância desse escrutínio.*

É, assim, essencial, acrescentou, que os Estados Membros cheguem a acordo sobre uma data para a realização das próximas eleições europeias, que não conflitue com tradições nacionais ou com feriados legais, de forma a otimizar as condições de participação no escrutínio".

Carlos Coelho apoiou ainda a posição do Conselho de **não acolher a proposta do Parlamento de reservar 10% dos mandatos para um círculo eleitoral europeu.**

"O Conselho fez bem, afirmou o Deputado social democrata. Esse círculo não iria contribuir para aproximar os cidadãos dos eleitores, e serviria apenas para retirar lugares às representações nacionais em favor de um ainda mais distante conjunto de personalidades ditas europeias... "

O emprego é a melhor salvaguarda contra a pobreza

A Deputada **Regina Bastos** defendeu que "a nova sociedade do conhecimento oferece possibilidades de reduzir a exclusão social, através da criação de condições económicas que privilegiem o crescimento e o emprego e pela abertura de novas formas de participação na sociedade. A ideia-chave é a de que o emprego é a melhor salvaguarda contra a exclusão social e a pobreza".

Nesse sentido, "Os Estados Membros devem assegurar um ensino de acesso livre que inclua qualificações no domínio da informática e das línguas, bem como promover a aprendizagem ao longo da vida.

Regina Bastos, num debate no Plenário do Parlamento Europeu sobre a inclusão social, recordou que "nos últimos Conselhos europeus de Lisboa, Nice e Estocolmo, os Estados Membros comprometeram-se a reduzir o risco de pobreza e exclusão social na União Europeia.

É na verdade, acrescentou, um dos desafios económicos e éticos mais sérios e urgentes do século XXI".

Regina Bastos sublinhou que "porque a pobreza é um problema multidimensional que tem impacto em cada aspecto do ser humano, há actualmente uma mudança na percepção deste flagelo. Esta problemática tem repercussões não só na dignidade e qualidade de vida do ser humano, mas afecta também as políticas macro-económicas, a segurança social, a liberdade e a segurança. Para o erradicar, são necessárias acções concretas em todos os domínios que constituem factores essenciais para a inserção social.

É indispensável prever uma estratégia a longo prazo dirigida sobretudo aos grupos com mais elevado risco de exclusão social e mais atingidos pela pobreza, nomeadamente, os desempregados de longa duração, as pessoas com deficiência, os idosos, as mulheres e os imigrantes".



Arlindo Cunha defende controle e vigilância das pescas

O Deputado **Arlindo Cunha** apoiou uma proposta da Comissão Europeia no sentido de "reforçar substancialmente os dispositivos de controle e vigilância das pescas, incluindo a possibilidade de o corpo de inspectores da Comissão poder actuar autonomamente face às administrações nacionais".

Arlindo Cunha salientou que, "com os crescentes sinais de enfraquecimento de muitos stocks de recursos haliêuticos, a Política Comum de Pescas tem incorporado e reforçado progressivamente uma componente de protecção e conservação desses recursos.

Trata-se de uma questão de responsabilidade política e cívica, já que tais medidas são imprescindíveis para salvaguardar o futuro da própria actividade pesqueira e dos pescadores, ainda que no imediato possam não ser populares".

Arlindo Cunha sublinhou que "o relatório da Comissão Europeia mostra que existem profundas desigualdades de interpretação e aplicação dessas medidas. É óbvio que tais disparidades criam uma desigualdade objectiva de tratamento dos pescadores nos diferentes Estados Membros, que em última instância se traduz também numa distorção da concorrência".

Qualidade e segurança do sangue humano

O Deputado **Jorge Moreira da Silva** considerou a proposta de Directiva sobre a qualidade e segurança do sangue humano e de componentes sanguíneos, "um enorme passo em direcção às expectativas dos cidadãos, em geral, e dos doentes em particular, dado que se definem normas europeias de qualidade e segurança do sangue humano e dos compostos sanguíneos ao nível da colheita, da análise, do tratamento, do armazenamento e da distribuição".

Moreira da Silva sublinhou que "a opinião pública europeia está particularmente sensível às questões relacionadas com a qualidade e segurança do sangue humano desde a ocorrência dos escândalos sobre sangue contaminado em diversos países da União Europeia. Ora, a enorme discrepância existente, ao nível da legislação dos Estados-membros, em matéria de segurança e qualidade do sangue humano tem vindo a acentuar essa preocupação e esse sentimento de insegurança, tanto mais quanto as importações de sangue e plasma humanos são cada vez mais frequentes".

Sobre a questão que tem despertado maior polémica — a remuneração ou gratuidade das dádivas de sangue — Jorge Moreira da Silva defendeu que "o acordo a que se chegou, entre a Comissão, o Conselho e o Parlamento Europeu é um excelente compromisso entre o desenho comunitário e o princípio da subsidiariedade".



PE debate situação em Angola: Carlos Coelho reclama urgência na ajuda

O Deputado **Carlos Coelho** reclama "urgência da ajuda europeia e internacional, face à gravidade e amplitude do drama humanitário que se vive em Angola".

Num debate sobre a situação em Angola na sequência da visita a Angola de uma delegação da Comissão de Desenvolvimento e Cooperação do PE que integrou, entre outros, a Deputada **Teresa Almeida Garrett**, Carlos Coelho sublinhou que "não se trata apenas de melhorar o nível de vida de um povo, mas a última possibilidade de salvar muitas vidas, sobretudo crianças, que todos os dias morrem de fome e de doença, no mais escandaloso silêncio, sem energia e ânimo para sequer chorarem...".

Essa ajuda tem de ser eficaz e rápida, acrescentou Carlos Coelho. Muitas vezes, nesta descomunal burocracia em que nos transformámos, quando decidimos agir é tarde demais.

Angola precisa de ajuda humanitária de emergência, o que se traduz por exemplo em realidades tão práticas como a urgência do envio de sementes e kits agrícolas antes da época das chuvas (Outubro) para evitar mais um ano de fome".

Carlos Coelho salientou as "prioridades da Resolução aprovada no final do debate:

- Há que prestar ajuda humanitária de emergência;
- Há que contribuir para a **consolidação da paz**, o que inclui a conversão da Unita em partido político e a integração dos seus quadros na vida nacional;
- Há que apoiar a **consolidação democrática**, procurando a legitimação por eleições democráticas e livres no respeito pelas liberdades essenciais designadamente a liberdade de informação, reunião e expressão;
- Há que prosseguir a **consolidação económica** e a reorganização social".

Para Carlos Coelho, "Angola é um grande país com possibilidade de se afirmar como potência regional influente e importante e de assim contribuir para a estabilização democrática daquela região africana e para o seu progresso económico e social. A guerra limitava esse caminho. Tudo está em aberto. Depende da vontade dos angolanos mas também do nosso apoio. Que o nosso não falte para que não fraqueje a vontade deles".

Os Deputados do PSD

José Pacheco Pereira

Telf: (32.2) 28.45371

Fax: (32.2) 28.49371

e-mail: JoPacheco@europarl.eu.int

Vasco Graça Moura

Telf: (32.2) 28.45369

Fax: (32.2) 28.49369

e-mail: VGraça@europarl.eu.int

Teresa Almeida Garret

Telf: (32.2) 28.45566

Fax: (32.2) 28.49566

e-mail: TAlmeida@europarl.eu.int

Arlindo Cunha

Telf: (32.2) 28.45381

Fax: (32.2) 28.49381

e-mail: ACunha@europarl.eu.int

Sérgio Marques

Telf: (32.2) 28.45404

Fax: (32.2) 28.49404

e-mail: Smarques@europarl.eu.int

Jorge Moreira da Silva

Telf: (32.2) 28.45448

Fax: (32.2) 28.49448

e-mail: JMoreira@europarl.eu.int

Carlos Coelho

Telf: (32.2) 28.45551

Fax: (32.2) 28.49551

e-mail: CCoelho@europarl.eu.int

Regina Bastos

Telf: (32.2) 28.45790

Fax: (32.2) 28.49790

e-mail: RBastos@europarl.eu.int

Joaquim Piscarreta

Telf: (32.2) 28.45374

Fax: (32.2) 28.49374

e-mail:

JPiscarreta@europarl.eu.int



O Congresso do PPE - Partido Popular Europeu (onde se integra o PSD), reúne no Estoril nos próximos dias 17 e 18 de Outubro

CARTA DA EUROPA

Boletim Informativo da

Delegação do PSD do GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU

Director: **Carlos Miguel Coelho** Redacção: **José Luís Fernandes e Sandra Nunes**

Ilustrações: **Júlio Pisa**

rue Wiertz - ASP 8E150 1047 Bruxelles tel(02)284 5551 fax (02)284 9551